



Falta governança no sistema, diz estudo

Pesquisa do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq reforça que falta de articulação contribuíram com colapso

“A atual situação do Sistema Cantareira é problema de governança, acentuado pelas questões climáticas”. A afirmação é da doutora em Ecologia Aplicada, Micheli Kowalczyk Machado, que, entre 2013 e 2014, avaliou a governança sobre a principal estrutura de abastecimento do Estado de São Paulo – sob administração da Companhia de Saneamento Básico (Sabesp) até 31 de outubro deste ano, após prorrogar o contrato expirado em agosto de 2014.

“É claro que a Sabesp tem enorme responsabilidade, mas devemos considerar a responsabilidade do governo, dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação, dos Comitês de Bacias Hidrográficas e da sociedade civil. São todos atores que interferem

diretamente na realidade do Sistema”, relata.

O Cantareira é um dos maiores sistemas de água do país, destinado à captação e tratamento de água para cerca de 8,8 milhões de pessoas da Grande São Paulo. A realidade socioambiental envolve conflitos de uso, conservação ambiental e disponibilidade hídrica. “Sua importância regional e nacional, por si só, justifica estudos em diversas áreas”, explica Micheli. “No entanto, várias organizações e instituições que atuam no Cantareira, apesar de terem objetivos comuns, não interagem entre si”, acrescenta a pesquisadora.

De acordo com Micheli, as ações desenvolvidas estão relacionadas com obras de infraestrutura e saneamento, “isso quando acontecem”. “Fatores como vontade

de política; demanda crescente pelo uso da água; degradação ambiental dos mananciais; expansão urbana desordenada; o desperdício no sistema e a falta de envolvimento e conhecimento da população acerca da realidade na área demonstram que não se trata somente de um problema de falta de chuvas”, defende. Por essa razão, a pesquisadora decidiu avaliar como são e como devem ser a governança e o diálogo que envolvem o sistema.

A especialista em educação ambiental adotou como metodologia uma pesquisa qualitativa realizada em três fases: exploratória, trabalho no campo e análise dos resultados. Primeiramente, Micheli se envolveu na pesquisa bibliográfica e na aplicação de questionários com perguntas abertas aos repre-

sentantes dos 79 organismos consultivos e gestores presentes no Sistema Cantareira. Depois, foram realizadas 18 entrevistas com representantes do Conselho da Área de Proteção Ambiental (APA) Fernão Dias, em Minas Gerais; Conselho Gestor Unificado das APAs Piracicaba/Juqueri-Mirim Área II, do Sistema Cantareira e da Represa Bairro da Usina, em São Paulo; e Comitê Federal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Por fim, foi realizada a análise dos resultados, com apresentação de mapa que demonstra a sobreposição das Unidades de Conservação e dos Comitês de Bacias e a apresentação e sistematização dos dados das fases anteriores.

A pesquisa, orientada pela professora Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello,

do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (LES) da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq/USP), e realizada no Programa de Pós-Graduação (PPG) em Ecologia Aplicada Inter-unidades (Esalq/Cena), demonstra que atualmente não existe nenhum tipo de mecanismo de interação entre as ações das Unidades de Conservação e dos Comitês de Bacias Hidrográficas. “Ações articuladas entre essas organizações são essenciais e cada vez mais necessárias para procurar soluções para a problemática do Sistema Cantareira”, afirma. Segundo Micheli, a população deve estar envolvida nestas discussões, “por isso há a necessidade de elaborar estratégias que ampliem a participação e a mobilização social”.

O estudo revela, ainda, que existe potencial para que a governança e o diálogo aconteçam, tendo em vista a existência de fóruns de debate e de instrumentos que buscam a participação de diversos atores sociais nas discussões de temáticas relacionadas ao sistema. “O que falta é o aperfeiçoamento destes instrumentos. Há um longo percurso a ser percorrido, sendo necessário que novos caminhos teóricos e práticos sejam adotados”, acrescenta.

De acordo com a pesquisadora, se não forem realizadas mudanças na forma como os recursos hídricos são geridos, teremos apenas medidas paliativas que terão resultados por curto período de tempo, além de novos episódios de escassez, talvez ainda piores e que afetarão a economia e o meio ambiente.